



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistroviç; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carolio Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macêdo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 009.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Arlindo Troian, Durval Amaral, João Iensen, José Alves e Rafael Greca de Macedo (06). Em licença o Sr. Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 05.05.92.

(a) DALTON MACHUCA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a presente sessão, sejam apreciadas englobadamente. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 031/89, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 176/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina "Rodovia Oscar Virmond de Arruda", o trecho da PR-082, compreendido entre o Rio Ivaí até Placa Luar, no Município de Jardim Alegre. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 176/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Oscar Virmond de Arruda", o trecho da Rodovia PR-082, compreendida entre o Rio Ivaí até Placa Luar no Município de Jardim Alegre.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.03.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

OF/DTL/SAT nº 23/89

Curitiba, 05 de abril de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 13/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III e de conformidade com o disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 176/88, tendo em vista que, segundo informações da Secretaria de Estado dos Transportes, o trecho de rodovia em referência e cuja denominação é pretendida, "está apenas planejado, não existindo portanto, estrada estadual no local".

Esses os motivos que me levaram a ve-

tar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

PROPOSIÇÃO Nº 031/89

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 176/88

P A R E C E R:

I - O Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT 23/89, comunica esta Casa que vetou o Projeto de Lei nº 176/88 - tendo em vista que, segundo informações da Secretaria dos Transportes o trecho da rodovia em referência e cuja denominação é pretendida está apenas planejado, não existindo portanto, estrada estadual no local.

II - O Veto foi apostado no prazo constitucional, estando pois em condições de ser encaminhado ao Plenário da ALE para votação.

Sala das Sessões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 032/89, VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 212/89, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti, José Scarpellini e outros, que denomina Rodovia Jean Maurice Faivre, o trecho da BR-487 compreendido entre o Distrito de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, até o entroncamento com a BR-373, no Município de Ipiranga. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 35/89

Curitiba, 10 de abril de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 016/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que confere o art. 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente o Projeto de Lei nº 212/88, que versa sobre denominação da rodovia que menciona, tendo tal veto incidido sobre as expressões "da BR-487" constantes do art. 1º, eis que, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado dos Transportes, o trecho em referência, por se tratar de rodovia estadual transitória, é codificado como PRT-487.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada con-

sideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 032/89

P A R E C E R:

A proposição em tela, traz o veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 212/88, que foi comunicado a esta Casa pelo Exce-lentíssimo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº DTL/SAT - 035/89, de 10 de abril de 1989, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa Governamental foi proferida dentro do prazo constitucional, sendo que o Senhor Governador, vetou parcialmente o referido Projeto de Lei, usando da atribuição que lhe é conferida pelos Artigos 28, § 1º e 47, inc. III, da Constituição do Estado do Paraná, tendo o veto apostado incidido sobre o Artigo 1º do Plano de Lei, à expressão "BR-487", especificado que as rodovias estaduais são codificadas como PRT.

Diante do exposto, a matéria em questão, encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se, assim, pela manutenção do veto.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTONIO ANNIBELLI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 038/89, VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 199/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BENÇÃO, com sede e foro nesta Capital. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT/CC nº 52/89

Curitiba, 09 de maio de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 44/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 2º, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente o Projeto de Lei nº 199/88, tendo o veto incidido sobre seu art. 28, que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível, e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto encontra-se publicado no D.A. 65, de 22.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 199/88

P A R E C E R:

Examinando o veto parcial ao Projeto de Lei nº 199/88, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando portanto em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Analisando as razões do veto parcial, verificamos que o mesmo obedeceu ao que preceitua o artigo 28, § 1º, da Carta Magna Estadual, incidindo o Veto sobre o artigo 2º do Projeto de Lei nº 199/88.

Assim sendo, nosso parecer é pela manutenção do veto parcial.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 039/89, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 153/88, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria os Distritos Administrativos de Dom Armando e Portão Ocoy, no Município de Missal, com as divisas que especifica. Com RELATORIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/CC Nº 67/89

Curitiba, 19 de maio de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 51/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 153/88, tendo em vista que o art. 30, inciso IV, da Constituição Federal dispõe que compete aos Municípios "criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual".

Esse motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto encontra-se publicado no D.A. nº 52/88, de 06.06.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 039/89

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 153/88, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que foi comunicado a esta Colenda Casa de Leis pelo Senhor Governador, através do Ofício nº DTL/67/89, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Chefe do Poder Executivo Estadual vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere o art. 28, § 1º e o art. 47, inciso III, ambos do Instituto Constitucional Estadual. A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do mesmo, pois, compete aos Municípios criar Distritos, observada a legislação estadual, conforme reza a Constituição Federal, em seu art. 30, inciso IV.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção de veto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/89, VETO PARCIAL apostado ao PROJETO DE LEI Nº 080/89, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 40/89, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7051, de 04/12/78, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de Promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal da Coordenadoria da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Com RELATORIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 76/89

Curitiba, 02 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício nº 54/89, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 80/89, por julgar a parte vetada contrária aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, assim como adotar outras providências sobre critérios para promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o art. 5º.

O não acolhimento ao disposto no mencionado art. 5º, deve-se ao fato do mesmo não consultar aos interesses do órgão fazendário estadual, porque, segundo manifestações da SEFA, "o artigo inserido no Projeto original, relacionado aos antigos ocupantes do cargo de CONFERENTE DE MATERIAIS, não encontra respaldo à luz das necessidades de recursos humanos da Coordenação da Receita do Estado e dos dispositivos legais vigentes".

Na análise do assunto, o Senhor Secretário da Fazenda asseverou ainda, que:

"Adicionalmente, os ocupantes do antigo Cargo de Conferente de Materiais, transformando no cargo de Auxiliar Administrativo I, não foram prejudicados em seus direitos assegurados em contrato de trabalho original.

Ao contrário, a mencionada transformação abriu-lhes a oportunidade de continuarem integrados ao serviço público, sem o que isso não seria possível, já que seriam demitidos pela extinção de seus cargos, ao tempo em que lhes assegurou integralmente a manutenção de seus direitos trabalhistas. Por outro lado, a sua possibilidade de acesso funcional não foi diminuída; ao contrário, também, aumentou, uma vez que o Grupo Ocupacional Administrativo, ao qual pertencem, oferece amplas possibilidades de ascensão funcional, pela existência de cargos, acessíveis, de Assistente Administrativo I e II e Assistente Técnico, segundo a escolaridade que possuam, exigida para o desempenho desses cargos.

A Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Orgânica do Quadro Especial da CRE), no seu artigo 2º:

"A Coordenação da Receita do Estado do Paraná, cujos funcionários têm asseguradas a privacidade e a especialização das séries de classes que integram, INCUMBE os encargos relacionados com a Coordenação, a programação e o exercício da tributação, da arrecadação e da fiscalização (TAF) dos tributos estaduais e delegados".

Temos assim, que à luz do dispositivo

citado, as funções desempenhadas em Postos Fiscais, de fiscalização, arrecadação e tributação, são exclusivas do Cargo de Agente Fiscal (no caso específico, Agente Fiscal 3), e que não podem, sob a égide legal, ser desempenhadas por elemento estranho ao Quadro Especial da CRE, sob pena de nulidade processual da ação fiscal desenvolvida".

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 080/89

PROPOSIÇÃO Nº 040/89

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Valderi Vilela

Do ponto de vista exclusivamente constitucional à qual compete esta Comissão se pronunciar, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo o nosso Parecer é FAVORAVEL, para que o veto seja apreciado pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/89, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 324/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Governo do Estado a expedir ao Município de Ponta Grossa, título de domínio pleno do imóvel denominado Botuquara, situado naquele município. Com RELATORIO DA C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 78/89

Curitiba, 02 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 70/89, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 324/88, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo fica autorizado a expedir ao Município de Ponta Grossa, título de domínio

pleno do imóvel denominado "Botuquara", situado naquele Município e com área de 282,08 alqueires, descritos conforme específica.

O não acolhimento ao Plano de Lei em epígrafe decorre do fato de, no curto prazo constitucionalmente fixado para a respectiva decisão governamental, não ter sido possível efetivar-se o indispensável e detalhado exame da matéria, eis que, segundo informações prestadas pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná, a medida, pela forma como está posta, exige profundos estudos, tais como análise de documentos e de cláusulas de destinação certa, trabalhos de campo, como vistorias, medições e verificações de possíveis superposições em áreas já tituladas, proteção de recursos naturais, a situação de áreas reservadas, além de ser considerada a possibilidade da necessidade da instauração de processos discriminatórios da área em referência.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

(O Projeto encontra-se publicado no D.A. nº 122/88, de 29.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 324/88
VETO GOVERNAMENTAL Nº 041/89

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, através do Projeto de Lei de sua autoria, autoriza o Governo do Estado a expedir ao Município de Ponta Grossa, título de domínio pleno sobre o imóvel denominado "Botuquara", com a área de 282,08 alqueires, localizado naquele município.

Levado à sanção, o Governador do Estado vetou o respectivo plano de lei, citando, entre outras razões, os arts. 47, inciso II e 28, § 1º, ambos da Carta Magna Estadual.

O primeiro dispositivo constitucional lhe confere a competência privativa para vetar projetos de lei; o segundo, por seu turno, lhe faculta o veto, após julgar o projeto contrário ao interesse público.

Diante do respaldo constitucional ora invocado e levando-se em conta as demais justificativas apontadas no respectivo veto, nossa opinião é pela sua manutenção.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR
Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "sim".

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão "não".

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao Plenário que se encontra visitando esta Casa e aqui na reunião, o Embaixador Extraordinário da República do Uruguai, Enrique Fynn, acompanhado do Consul Geral de Porto Alegre em Curitiba. Após a Sessão nós vamos recebê-lo no Salão Nobre.

E mais ainda, Doutor e Professor Danton Rocha Loures, que após a Sessão fará uma conferência aqui no Plenário sobre os problemas do coração.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados, principalmente os médicos, que participem dessa reunião.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - 41 Senhores Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Convido os Senhores Deputados Plauto Guimarães e o Senhor Orlando Pessuti, para comporem a Comissão escrutinadora.

Votaram 41 Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto: 26 votos.

Pela rejeição: 08 votos.

04 votos em branco.

03 votos nulos.

Estão mantidos os vetos.

Antes de encerrar a Sessão, vou conceder a palavra ao nosso Embaixador plenipotenciário, extraordinário Enrique Fynn, para que faça uma saudação aos Senhores Deputados.

O SR. ENRIQUE FYNN - (Faz pronunciamento de saudação aos Senhores Deputados).

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Embaixador da República do Uruguai, nós nos sentimos honrados com a sua pre-

sença, o que realmente representa um País que é legitimamente irmão do Brasil, já fomos, até, em certa época, unidos, Uruguai e Brasil.

Vossa Excelência está em sua casa, os Deputados de todas as bancadas o recebem de braços abertos e solicitam que leve ao Senhor Presidente da República e ao Congresso do Uruguai os nossos votos de felicitações e que o Uruguai continue nesta trilha democrática que está seguindo, após um período nebuloso, como nós também passamos aqui no Brasil, mas desejamos ao povo uruguaio, que é uma expressão já reconhecida como a Suíça da América Latina, que continue prosperando nesta trilha que se propôs.

Muito obrigado pela sua presença.

(Palmas)

O SR. ENRIQUE FYNN - (Faz pronunciamento de agradecimento às palavras do Presidente da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dentro de poucos minutos ou instantes, o Professor Danton Rocha Loures vai fazer uma pequena conferência dos problemas do coração. Os candidatos a enfarte permaneçam atentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.